



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**ANEXO XXXI – CADERNO DE FISCALIZAÇÃO E PENALIDADES**



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

### SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO .....	3
II. DAS PENALIDADES EM GERAL .....	3
III. DAS PENALIDADES POR ATRASO NA ENTREGA DAS INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA E DE INVESTIMENTOS MÍNIMOS INICIAIS .....	9
IV. DA COMUNICAÇÃO SOBRE MAUS TRATOS .....	9
V. DAS CATEGORIAS DE INFRAÇÃO .....	10
VI. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES .....	11

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

### **I. APRESENTAÇÃO**

- 1.1. A aplicação das penalidades seguirá o regramento estabelecido no CONTRATO, bem como os procedimentos e valores apresentados neste ANEXO.
- 1.2. O presente ANEXO, em complemento ao CONTRATO, objetiva reger as condutas infratoras e aplicação das referentes penalidades a que a CONCESSIONÁRIA estará sujeita nos termos definidos no EDITAL, no CONTRATO e nos demais DOCUMENTOS DA CONCESSÃO.
- 1.3. Este Anexo, referente a fiscalização contratual, não altera a fiscalização ambiental decorrente da Resolução SMA no. 48/2014, ou atualizações, que dispõe sobre as condutas infracionais ao meio ambiente e suas respectivas sanções administrativas, com destaque ao Artigo 29, em relação a praticar ato de abuso, maus-tratos ferir ou mutilar animais silvestres, nativos ou exóticos, entendendo-se por abuso e maus-tratos, os termos referidos nesta normativa, de animais mantidos em recintos impróprios, debilitados por falta de alimentos ou de acompanhamento de profissional habilitado.

### **II. DAS PENALIDADES EM GERAL**

- 2.1. O não cumprimento das cláusulas do CONTRATO, de seus ANEXOS e do EDITAL, da legislação e/ou regulamentação aplicáveis configura infração contratual e ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativas, civil e penal eventualmente cabíveis, na aplicação, de penalidades, pelo CONCEDENTE, por meio do processo previsto no CONTRATO, observados os termos de ANEXO.
- 2.2. A apuração das infrações, aplicação das penalidades ou quaisquer outras medidas restritivas de direitos previstas no CONTRATO serão precedidas de processos administrativos, regidos pela Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, pela Resolução SIMA nº 30, de 10 de maio de 2019, bem como seguirão o regramento estabelecido no CONTRATO e respectivos ANEXOS, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.
  - 2.2.1. Toda e qualquer ocorrência apurada nas fiscalizações realizadas na ÁREA DA CONCESSÃO, na SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO, e/ou na CONCESSÃO deverá ser anotada, em termo próprio de registro correspondente a TERMO DE FISCALIZAÇÃO, e encaminhado à CONCESSIONÁRIA indicando prazo para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo de concomitante instauração de processo administrativo sancionatório, nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998.
  - 2.2.2. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta a configuração do descumprimento e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade, nos termos previstos neste ANEXO, no CONTRATO e na Legislação aplicável.
  - 2.2.3. O processo de aplicação das penalidades terá início com a notificação da CONCESSIONÁRIA, devidamente instruída, quando for o caso, com cópia de documento que conste a descrição da irregularidade, assinalando-se prazo para apresentação de defesa prévia, nos termos da Resolução SIMA nº 30, de 10 de maio de 2019, e subsidiariamente da Lei Estadual nº 10.177/1998.
  - 2.2.4. São penalidades passíveis de aplicação:
    - I. Advertência;

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- II. Aplicação de multa pecuniária;
- III. Declaração de caducidade da Concessão;
- IV. Suspensão temporária do direito de licitar e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a CONCESSIONÁRIA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

2.2.5. Na aplicação das penalidades, o CONCEDENTE observará as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade:

- I. A natureza e a gravidade da infração;
- II. O dano resultante ao CONCEDENTE, aos ATIVOS BIOLÓGICOS ou a USUÁRIOS;
- III. O exaurimento da infração com a própria violação ou a projeção de seus efeitos no tempo;
- IV. As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
- V. As circunstâncias atenuantes e agravantes;
- VI. A situação econômica e financeira da CONCESSIONÁRIA, em especial a sua capacidade de honrar com compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução do CONTRATO; e
- VII. Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA.

2.2.6. A gradação das penalidades observará as seguintes escalas disciplinadas neste subitem.

2.2.6.1. A infração será considerada leve, quando decorrer de condutas involuntárias ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie.

2.2.6.1.1. O cometimento de infração de graduação leve ensejará a aplicação de advertência e/ou multa pecuniária, calculada com base na tabela constante do Capítulo VI deste ANEXO.

2.2.6.2. A infração será considerada média quando decorrer de conduta inescusável, mas efetuada pela primeira vez pela CONCESSIONÁRIA, sem trazer-lhe qualquer benefício ou proveito, desde que não estejam presentes quaisquer dos fatores que qualificam a infração como grave.

2.2.6.2.1. O cometimento de infração de graduação média ensejará a aplicação de advertência e/ou multa pecuniária, calculada com base na tabela constante do Capítulo VI deste ANEXO.

2.2.6.3. A infração será considerada grave quando o CONCEDENTE verificar ao menos um dos seguintes fatores:

- I. ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;
- II. da infração decorrer benefício direto ou indireto em proveito da CONCESSIONÁRIA;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- III. a CONCESSIONÁRIA for reincidente na infração;
  - IV. quando o prejuízo decorrente da infração for significativo em detrimento do Poder Concedente.
- 2.2.6.3.1. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação de alguma ou da combinação das seguintes penalidades:
- I. Advertência;
  - II. Multa pecuniária, calculada com base na tabela constante do Capítulo VI deste ANEXO;
  - III. Declaração de caducidade da CONCESSÃO;
  - IV. Suspensão temporária do direito de licitar e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo, por prazo não superior a dois anos.
- 2.2.6.4. A infração será considerada gravíssima quando o CONCEDENTE constatar, diante das circunstâncias do serviço e do ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou prestadores de serviço, que suas consequências revestem-se de grande lesividade ao interesse público, prejudicando, efetiva ou potencialmente, o meio ambiente, o erário público ou a continuidade dos serviços.
- 2.2.6.4.1. O cometimento de infração gravíssima poderá ensejar a aplicação de alguma ou da combinação das seguintes penalidades:
- I. Advertência;
  - II. Multa pecuniária, calculada com base na tabela constante do Capítulo VI deste ANEXO;
  - III. Declaração de caducidade da CONCESSÃO;
  - IV. Suspensão temporária do direito de licitar e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo, por prazo não superior a dois anos;
  - V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo, enquanto perdurarem os motivos da punição.
- 2.2.7. É possível a reunião, em um mesmo processo administrativo sancionatório, de casos conexos envolvendo infrações de idêntica tipificação, ainda que em segmentos distintos da ÁREA DA CONCESSÃO, caso em que a eventual aplicação de penalidade considerará o número de infrações cometidas.
- 2.2.7.1. Constatada a ocorrência de circunstâncias atenuantes e agravantes para apenas uma ou parte das infrações apuradas, o CONCEDENTE poderá aplicar penalidades separadamente.
- 2.2.8. Nas hipóteses em que uma conduta corresponda a mais de uma infração será observado o princípio da especialidade, aplicando-se a penalidade correspondente à infração mais específica, vedada a cumulação de infração mais genérica relativa à mesma conduta.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- 2.2.9. No caso de aplicação de multa, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar o pagamento em até 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da decisão administrativa definitiva, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará na formalização da expectativa de sinistro e da reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias.
- 2.2.10. O não pagamento de multa eventualmente aplicada à CONCESSIONÁRIA, no prazo estipulado neste CONTRATO, importará na incidência automática de juros de mora ao mês nos termos da Resolução SIMA nº30, de 10 de maio de 2019. As penalidades pecuniárias eventualmente aplicadas à CONCESSIONÁRIA deverão ser recolhidas na forma da regulamentação vigente.
- 2.2.11. Observar-se-á, para os fins de aplicação das penalidades, além do presente ANEXO, o CONTRATO, e os demais ANEXOS.
- 2.2.12. A aplicação das penalidades previstas neste ANEXO e seu cumprimento não prejudicam a aplicação de outras sanções previstas no EDITAL, no CONTRATO, na legislação e na regulação pertinente, aos quais a CONCESSIONÁRIA se sujeita.
- 2.3. Constatada a ocorrência de maus tratos ou negligência aos animais abrigados no Zoológico, conforme Lei 17.107/2019, artigo 4, inciso V, independentemente da aplicação das penalidades previstas na Resolução SMA 48/2013 pela autoridade competente, e a depender da gravidade, caberá ao CONCEDENTE, após o devido processo administrativo, aplicar as penalidades pertinentes, observando a gradação prevista no item II.2, podendo instaurar processo de caducidade caso julgue ser a medida a que melhor atenda ao interesse público.
- 2.3.1. Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima, constatada a ação individual de profissional responsável da CONCESSIONÁRIA, o CONCEDENTE poderá determinar a imediata substituição de tal profissional.
- 2.3.2. Entende-se como maus-tratos, para fins deste CONTRATO: qualquer ato, direto ou indireto, comissivo ou omissivo, que intencionalmente ou por negligência, imperícia ou imprudência provoque dor ou sofrimento desnecessários aos animais. Integram-se à definição de maus tratos:
- I. Crueldade: qualquer ato intencional que provoque dor ou sofrimento desnecessários nos animais, bem como intencionalmente impetrar maus tratos continuamente aos animais;
  - II. Abuso: qualquer ato intencional, comissivo ou omissivo, que implique no uso despropositado, indevido, excessivo, demasiado, incorreto de animais, causando prejuízos de ordem física e/ou psicológica.
- 2.3.2.1. Como rol exemplificativo caracterizam-se maus tratos no âmbito deste CONTRATO, as ações ou omissões apresentadas abaixo, bem como aquelas caracterizadas e identificadas pelo órgão ambiental competente quando de vistorias técnicas realizadas e sem prejuízo do disposto na legislação vigente:
- I. Operação inadequada, principalmente relacionada com a manutenção dos recintos:

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Limpeza imprópria para a manutenção dos animais nos recintos, como locais desprovidos das condições mínimas de higiene e asseio, como, por exemplo, restos de comida e fezes depositados, não renovação de camas, comedouros e bebedouros não higienizados, tanques não higienizados e com qualidade de água inapropriada para o suporte à vida animal ou que coloque em risco a saúde do animal, lagos com qualidade de água inferior àquela definida no programa de monitoramento;
  - Ausência de ponto(s) de fuga no recinto ou impossibilidade de acesso a abrigo, e/ou ponto de fuga incapaz de garantir confortável permanência e mobilidade do animal;
  - Infraestrutura do recinto inapropriada podendo colocar em risco a integridade física ou risco de fuga do animal.
- II. Manejo inadequado, que implica na ação direta sobre o animal, tendo como referência a Resolução CFMV nº 1236/20018:
- Fornecimento de itens alimentares e água em qualidade, quantidade, especificidade ou frequência menores do que as necessárias para a espécie/indivíduo;
  - Manter animal sem acesso adequado à água, alimentação e temperatura compatíveis com as suas necessidades e em local desprovido de ventilação e luminosidade adequadas, exceto por recomendação de profissional habilitado observando-se critérios técnicos, princípios éticos;
  - Densidade populacional no recinto acima da adequada para o provimento de cuidados para assegurar boas condições de saúde e de bem-estar animal, de modo a restringir a livre mobilidade, acesso de todos indivíduos à água, alimentos, pontos de fuga e abrigos, poleiros, etc.;
  - Manutenção em um mesmo recinto de diferentes espécies em que as relações interespecíficas não permitam o pleno desenvolvimento das mesmas, tendo ocorrido ou não danos físicos ou óbito;
  - A não adoção de medidas atenuantes quando identificada situação aterrorizante ou agressões físicas a animais da mesma espécie ou de espécies diferentes mantidos em um mesmo recinto;
  - Impedir a movimentação ou o descanso de animais;
  - Submeter ou obrigar animal a atividades excessivas, que ameacem sua condição física e/ou psicológica, para dele obter esforços ou comportamentos que não se observariam senão sob coerção;
  - Mutilar animais, exceto quando houver indicação clínico-cirúrgica veterinária;
  - Executar medidas de controle de população por métodos não aprovados pelo órgão ambiental competente;
  - Induzir a morte de animal utilizando método não aprovado ou não recomendado pelos órgãos ou entidades oficiais e sem profissional devidamente habilitado;
  - Utilizar de métodos punitivos, baseados em dor ou sofrimento com a finalidade de treinamento, exibição ou entretenimento;

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Fazer uso e/ou permitir o uso de agentes químicos e/ou físicos para inibir a dor ou que possibilitam modificar o desempenho fisiológico para quaisquer fins, especialmente de exposições e atividades de pesquisa científica.
  - Utilizar alimentação forçada, exceto quando para fins de tratamento prescrito por médico veterinário;
  - Executar procedimentos invasivos ou cirúrgicos sem os devidos cuidados anestésicos, analgésicos e higiênico-sanitários, tecnicamente recomendados;
  - Permitir ou autorizar a realização de procedimentos anestésicos, analgésicos, invasivos, cirúrgicos ou injuriantes por pessoa sem qualificação técnica profissional;
  - Agredir fisicamente ou agir para causar dor, sofrimento ou dano ao animal.
- 2.4. Concomitantemente ao processo administrativo sancionatório para a aplicação das penalidades, nos casos em que os efeitos do descumprimento perdurem no tempo, o **CONCEDENTE**, a seu critério, poderá conceder novo prazo para a correção das irregularidades verificadas pela fiscalização, além daquele previsto em cronograma, que seja tecnicamente compatível para sua regularização, bem como de seus respectivos efeitos constatados.
- 2.4.1. O não cumprimento da obrigação dentro do novo prazo estipulado acarretará a cobrança de juros de mora na ordem de 1% ao mês e correção monetária por IPC-FIPE calculados “pro rata die”, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação. As multas moratórias, quando aplicadas, não poderão ultrapassar o valor da parcela da obrigação ainda não cumprida.
- 2.4.2. Decorrido o prazo assinalado pelo **CONCEDENTE** sem a correção da irregularidade apontada, poderá ser instaurado novo processo administrativo sancionatório com base nessa irregularidade.
- 2.4.3. A suspensão da aplicação de penalidade ou exigibilidade de multa somente poderá ser deferida quando a concessão de novo prazo prevista no item 2.4 não implicar na prescrição da pretensão punitiva do **CONCEDENTE**.
- 2.5. Afastam a aplicação das penalidades previstas no EDITAL e no CONTRATO, desde que devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo, a ocorrência de **FORÇA MAIOR**, **CASO FORTUITO** e de **INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA**, dentre outras causas excludentes de antijuridicidade e de culpabilidade previstas no CONTRATO, na legislação e na regulamentação pertinente.
- 2.6. Para os fins previstos no item 2.4, sem prejuízo das disposições que constam no CONTRATO, considera-se:
- I. **FORÇA MAIOR e CASO FORTUITO**: os eventos assim considerados, nos termos do Código Civil, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da **CONCESSÃO**; e
  - II. **INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA**: a situação que, apesar de configurar infração prevista no presente ANEXO ou no CONTRATO, não resulta de culpa da **CONCESSIONÁRIA**, que diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo, nos



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

termos do item 2.4 acima.

- 2.7. A CONCESSIONÁRIA tem plena ciência de que o CONCEDENTE poderá levar ao conhecimento da respectiva seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório, no intuito de assegurar seu eventual direito à indenização, respeitadas as normas previstas na Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998.
- 2.8. Salvo disposição específica, os prazos serão contados consecutivamente excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

### III. DAS PENALIDADES POR ATRASO NA ENTREGA DAS INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA E DE INVESTIMENTOS MÍNIMOS INICIAIS

- 3.1. O atraso na entrega de qualquer uma das obras referentes aos investimentos mínimos iniciais, nos termos do ANEXO III, importará na incidência automática de multa moratória à razão de 0,1% (dez centésimos por cento) ao mês sobre o valor da RECEITA mensal da CONCESSIONÁRIA, a contar do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo estipulado até o cumprimento da obrigação, com a entrega da obra.
- 3.2. O cálculo do valor da multa moratória prevista no item 3.1. para a hipótese acima, será obtido pela seguinte fórmula:

$$P = \frac{A \times R}{30.000}$$

Sendo:

A = período em dias de atraso na finalização da obra

R = receita mensal média no período determinado para a execução da obra

- 3.2.1. O pagamento do valor calculado nos termos do item 3.2.. acima deverá ser realizado em até 5 (cinco) dias corridos contados da data da finalização da obra, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado nos autos do processo administrativo sancionatório no mesmo prazo. A não apresentação do comprovante de pagamento acarretará na possibilidade do CONCEDENTE comunicar ao BANCO DEPOSITÁRIO, nos termos do ANEXO X, para que proceda com o desconto dos valores devidos da RECEITA da CONCESSIONÁRIA, assim como autorizará a formalização da expectativa de sinistro e da reclamação de sinistro em face da seguradora, sem que outras providências sejam necessárias.
- 3.2.2.
- 3.3. Será considerado “mês”, para os fins do item 3.1. ,o período contínuo de 30 (trinta) dias.

### IV. DA COMUNICAÇÃO SOBRE MAUS TRATOS

- 4.1. Identificado os maus tratos pelo CONCEDENTE ou pela FPZSP, deverá ser documentado por meio de relatório técnico e fotográfico e comunicado imediatamente o Departamento de Fauna ou órgão ambiental competente de gestão de fauna silvestre para realização de vistoria no local.
- 4.2. Em caso de denúncia registrada nos canais oficiais, via Polícia Militar Ambiental, Ouvidoria da SIMA ou da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá informar o CONCEDENTE quando da

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ciência ou vistoria no local, imediatamente.

- 4.3. O CONCEDENTE elaborará o TERMO DE FISCALIZAÇÃO e iniciará o processo administrativo de apuração.
- 4.4. Caracterizados os maus tratos por meio de vistoria técnica do órgão ambiental ou relatório da FPZSP, o Departamento de Fauna encaminhará manifestação ao CONCEDENTE e adota as demais providências no âmbito da legislação ambiental vigente.
- 4.5. Em quaisquer situações, o CONCEDENTE deverá sempre informar o Departamento de Fauna ou órgão ambiental competente de gestão de fauna silvestre, no âmbito de sua atribuição de gestão e fiscalização de empreendimentos de uso e manejo de fauna, visando a identificar ações ou omissões que caracterizem maus tratos.

### **V. DAS CATEGORIAS DE INFRAÇÃO**

- 5.1. As infrações previstas neste ANEXO são divididas em 3 (três) categorias: (i) infrações por violação pontual do CONTRATO; (ii) infrações por mora; (iii) infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
  - 5.1.1. As infrações por violação pontual do CONTRATO são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração se exaure com a própria violação não projetando seus efeitos no tempo.
    - 5.1.1.1. Nesta hipótese, o CONCEDENTE instaurará o correspondente processo administrativo sancionatório, notificando a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação do inadimplemento contratual e indicando o valor da penalidade correspondente.
    - 5.1.1.2. O valor da penalidade, indicado no Capítulo VI deste ANEXO, corresponde ao valor da multa devida a cada constatação da infração, ressalvados os efeitos próprios da reincidência, previstos no CONTRATO e neste ANEXO.
  - 5.1.2. As infrações por mora são caracterizadas por refletirem um atraso da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de suas obrigações previstas em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, de modo que a infração persiste até que a CONCESSIONÁRIA adimpla, ainda que extemporaneamente, a obrigação, purgando a mora.
    - 5.1.2.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA para que se proceda ao cumprimento imediato da obrigação inadimplida, indicando o valor da penalidade correspondente. A falta da notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do dever de purgar a mora verificada. Superado o prazo fixado pelo CONCEDENTE, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido satisfatoriamente a obrigação, será mantida a ocorrência de infração.
    - 5.1.2.2. O valor da penalidade, indicado no Capítulo VI deste ANEXO, corresponde ao valor da multa a cada mês completo em que perdurar a mora da CONCESSIONÁRIA, sendo a multa calculada pela multiplicação de 1/30 (um trigésimo) do valor previsto no Capítulo VI deste ANEXO por cada dia em que a CONCESSIONÁRIA permanecer em mora, ressalvados os

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

efeitos próprios da reincidência previstos no CONTRATO e neste ANEXO.

- 5.1.3. As infrações por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo são caracterizadas por refletirem situação na qual a CONCESSIONÁRIA viola obrigação prevista em lei, no EDITAL, no CONTRATO ou em seus ANEXOS, mas a infração não se exaure com a própria violação, projetando os seus efeitos no tempo até que a CONCESSIONÁRIA adote medidas para retornar à situação de regularidade contratual.
- 5.1.3.1. Nesta hipótese, sem prejuízo da imediata instauração do correspondente processo administrativo sancionatório, o CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA a respeito da constatação da violação contratual e determinará a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas necessárias à regularização da situação, indicando o valor da penalidade correspondente à infração constatada e o valor da penalidade incidente, a cada dia, até que a situação seja regularizada. A falta de notificação não eximirá a CONCESSIONÁRIA do seu dever de regularizar a situação. Superado o prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido satisfatoriamente a obrigação, será mantida a ocorrência da infração.
- 5.1.3.2. O valor da penalidade, indicado no Capítulo VI deste ANEXO, corresponde ao valor devido pela CONCESSIONÁRIA em razão da infração praticada, a cada constatação da infração, somado a um acréscimo de 1% (um por cento) sobre o valor previsto na tabela constante do Capítulo VI deste ANEXO, a cada dia, até que a situação seja regularizada, computando-se tal valor desde a data da ocorrência da infração até a data de sua regularização.
- 5.2. Aplica-se às infrações previstas no item 5.1.3. deste ANEXO o disposto na Cláusula 44.6 do CONTRATO, podendo, nos casos em que o PODER CONCEDENTE conceder período adicional para a correção de irregularidades, ser suspensa a incidência de acréscimo de 1% (um por cento) sobre o valor previsto na tabela constante do Capítulo VI deste ANEXO, a cada dia, até que a situação seja regularizada.
- 5.3. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA praticar ato que conduza à efetiva decretação da caducidade da CONCESSÃO, será aplicada a penalidade prevista no item 91 da tabela do Capítulo VI deste ANEXO, em substituição à penalidade prevista para o inadimplemento que levou à caducidade, ainda que haja previsão de penalidade específica para tal ato.

### VI. TIPIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

ITEM	INFRAÇÃO	VALOR	CATEGORIA DA INFRAÇÃO
1	Infração leve por violação pontual do CONTRATO.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	I - Infração por violação pontual do CONTRATO.
2	Infração leve por mora.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	II - Infração por mora.
3	Infração leve por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	III - Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

			tempo.
4	Infração média por violação pontual do CONTRATO.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	I - Infração por violação pontual do CONTRATO.
5	Infração média por mora.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	II - Infração por mora.
6	Infração média por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	III - Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
7	Infração grave por violação pontual do CONTRATO.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	I - Infração por violação pontual do CONTRATO.
8	Infração grave por mora.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	II - Infração por mora.
9	Infração grave por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	III - Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
10	Infração gravíssima por violação pontual do CONTRATO.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	I - Infração por violação pontual do CONTRATO.
11	Infração gravíssima por mora.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	II - Infração por mora.
12	Infração gravíssima por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.	Mínimo de R\$ [●] e máximo de R\$ [●].	III - Infração por violação do CONTRATO cujos efeitos perduram no tempo.
13	[●]	[●]	[●]
14	[●]	[●]	[●]